



# Relatório Anual

2012

# ÍNDICE

---

3 INTRODUÇÃO

5 PANORAMA ECONÔMICO

## RESULTADO DO PLANO EM 2012

9 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

22 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

22 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

24 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

26 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

28 PARECER DO CONSELHO FISCAL

29 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

30 GLOSSÁRIO

32 ANEXO

PARECER ATUARIAL

## INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em cumprimento aos dispositivos legais apresenta o Relatório Anual de suas atividades durante o ano de 2012.

O exercício de 2012 foi encerrado com 1.297 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna, com foco nos resultados e no cliente.

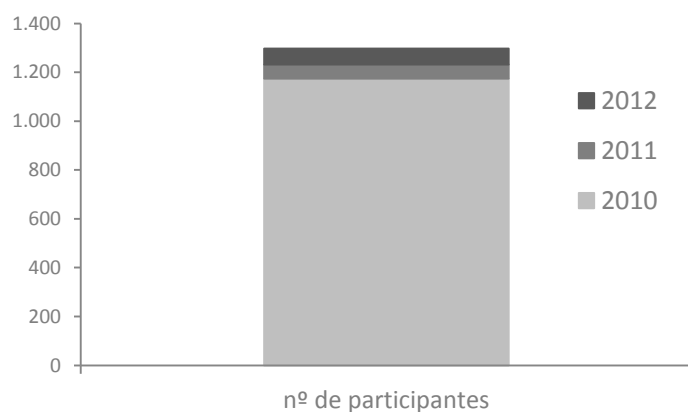
### Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2010	2011	2012
Nº de Participantes*	1.174	1.232	1.297
Idade média (anos)	37,82	38,52	38,96
Tempo médio de filiação ao Plano (anos)	2,26	3,02	3,65
Contribuição média	R\$ 149,80	R\$ 163,31	R\$ 170,66
Saldo individual médio	R\$ 5.539,85	R\$ 6.959,03	R\$ 8.631,58

(\*) Valores não contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um aumento no número de participantes em 2012 de quase 6%, quando comparado com o exercício de 2011.

### DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



### Assistidos

O Plano de Benefícios APCDPREV possui atualmente 01 (um) participante assistido e nenhum beneficiário em gozo de benefício de pensão por morte.

Desde o início do funcionamento da Entidade, em agosto de 2007, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade. Com o envio do documento, a APCDPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

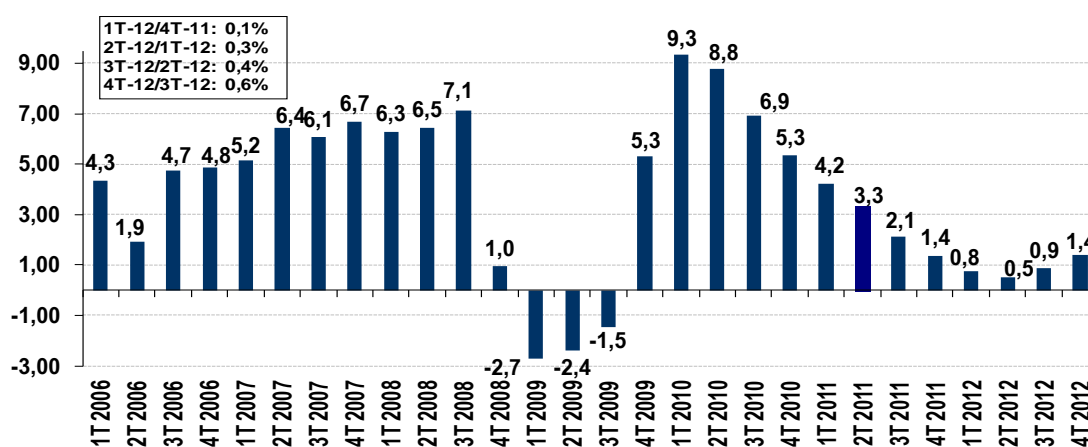
**Boa leitura!**

## PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011 e mais ainda para 0,9% em 2012. O crescimento do PIB no ano passado foi até menor que na maior economia mundial, os Estados Unidos, onde a crise começou. A economia americana cresceu 2,2% em 2012. A boa notícia é que, no último trimestre de 2012, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior a uma taxa de 0,6% ou 2,4% anualizada.

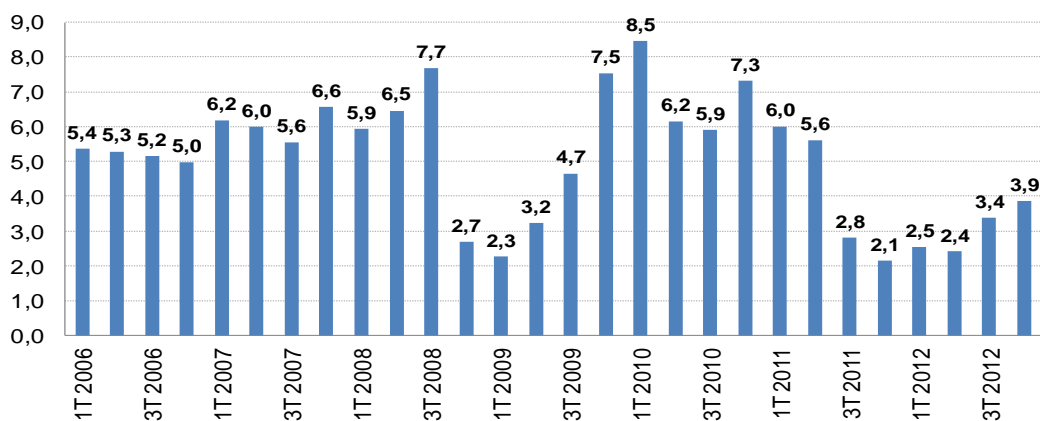
O Brasil cresceu bem menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo à última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 5,1% em 2012.

PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)

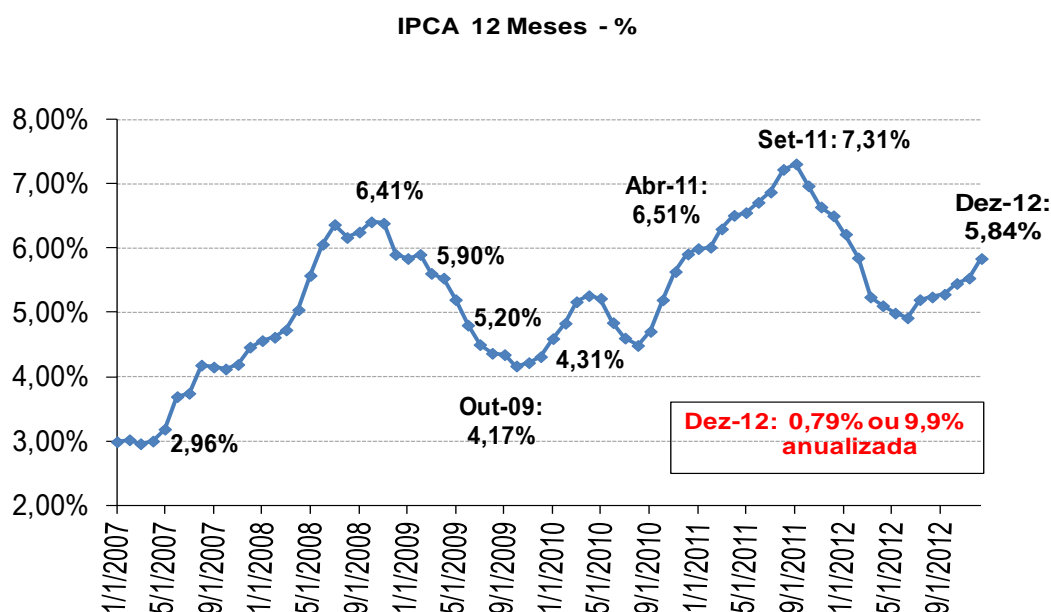


O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres, o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si e fechou o ano com crescimento acumulado de, aproximadamente, 3%. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil.

Consumo das Famílias - Anual %



Desta forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações. O IPCA fechou 2012 registrando inflação de 5,84%, bem acima da meta central de inflação de 4,5% pelo terceiro ano consecutivo.



É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e ainda a baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um número exato, essa taxa estaria entre 3,5 e 4,5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2012 foi mais um ano em que a economia europeia voltou a gerar muitas incertezas e na qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas negativas de crescimento em vários trimestres. Essa incerteza e volatilidade acabaram afetando o Brasil negativamente mais uma vez.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam, há tempos, de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,6% em dezembro de 2012. Essa taxa tinha sido de 4,7% um ano antes e de 5,3% em 2010 e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em dezembro de 2012, cresceu 3,2% em termos reais em relação a dezembro de 2011 e alcançou R\$ 1.822 na média.

A produção industrial no Brasil tem estado basicamente estagnada ou caindo. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3% e em 2012 caiu 2,7%. Chamamos a atenção especialmente para o desempenho da indústria produtora de bens de capital, cuja produção caiu 11,8% nos doze meses fechados em dezembro.

## Produção Industrial

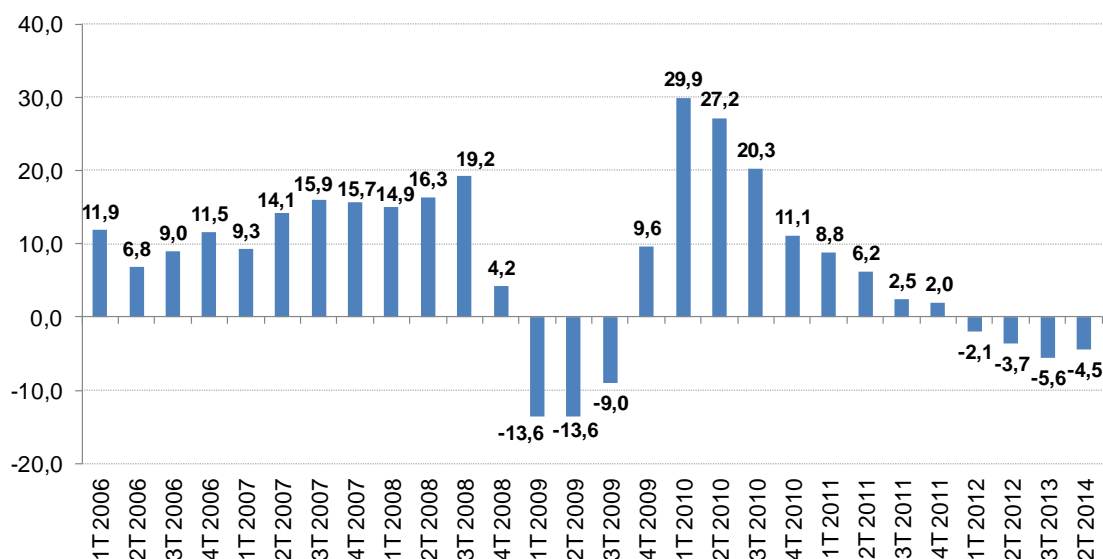
(% Anual)

Sectores	IV Tri-08*	2008	2009	2010	2011	Nov-12	Nov-12*	Dez-12	Dez-12*	12 Meses
Bens de Capital	-26,5	14,4	-17,40	20,8	3,3	-9,6	-0,6	-14,7	-0,8	-11,8
Bens Intermediários	-18,5	1,6	-8,80	11,4	0,3	-1,0	-1,0	-2,5	-0,1	-1,7
Bens de Consumo	-16,8	1,9	-2,70	6,4	-0,7	1,3	-0,2	-1,4	0,5	-1,0
Duráveis	-49,2	3,8	-6,40	10,3	-2,0	5,9	-1,0	-3,5	-0,5	-3,4
Não Duráveis e Semi-Durav	-7,1	1,4	-1,60	5,2	-0,2	0,0	-0,2	-0,8	0,9	-0,3
<b>Indústria Geral</b>	<b>-20,1</b>	<b>3,1</b>	<b>-7,40</b>	<b>10,5</b>	<b>0,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,3</b>	<b>-3,6</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,7</b>

Fonte: IBGE / \* Ajustado Sazonalmente

Aliás, nos dados do PIB trimestral, o comportamento do investimento tem sido bastante preocupante, tendo em vista os dados negativos que vem se agravando.

## Investimento - Anual



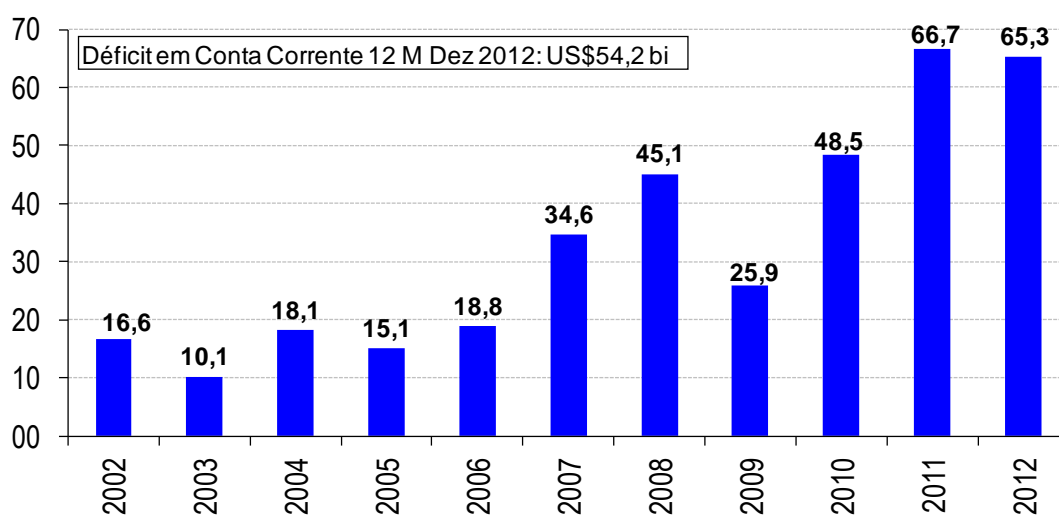
Devido ao distanciamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011, o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Isto ainda não aconteceu e o discurso do Banco Central parece ter ficado defasado. O fato é que a Selic fechou 2012 no mais baixo patamar histórico, de 7,25% ao ano, e as expectativas de inflação de consenso de mercado estão acima da meta central de inflação de 4,5% até o ano 2017, inclusive.

Além dessa política de distensão monetária, a política fiscal tem sido amplamente expansionista também em 2012. O superávit do setor público consolidado fechou 2012 em 2,38% do PIB, após

várias manobras contábeis criticadas pelos analistas em geral. Em 2011, o superávit primário do setor público tinha fechado em 3,1% do PIB. Se a política fiscal aprofundasse o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos estrita e ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o mix atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA não convirja para a meta de 4,5% pelo menos nos próximos dois anos. Do ponto de vista da previsibilidade da política econômica em prazos mais longos, o que é fundamental para o investimento do setor privado, isto não ajuda em nada.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil ainda se encontra em uma situação confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil se encontra em patamar bem elevado: acima de US\$ 370 bilhões. E o investimento estrangeiro direto fechou 2012 com entradas de US\$ 65,3 bilhões, bem superiores às necessidades de financiamento externo de US\$ 54,2 bilhões do déficit em conta corrente em doze meses.

#### Investimento Direto Estrangeiro (US\$ Bilhões em 12 Meses)



Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2013 é pouco inferior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo semestre do ano, levando a um crescimento em torno de 3,5% em 2014. Tendo em vista o crescimento de 2,7% em 2011 e apenas 0,9% em 2012, esses números seriam bastante bem-vindos.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)*

# **RESULTADOS DO PLANO EM 2012**



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	187	212	Exigível operacional	102	119
Realizável	11.274	8.632	Gestão previdência	82	90
Gestão previdência	9	-	Gestão administrativa	20	29
Investimentos	11.265	8.632			
Fundos de investimento	11.265	8.632			
<b>Permanente</b>	-	-	<b>Patrimônio social</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>
Diferido	-	-	Patrimônio de cobertura do plano	11.359	8.725
			Provisões matemáticas	11.359	8.725
			Benefícios concedidos	78	84
			Benefícios a conceder	11.281	8.641
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.461</b>	<b>8.844</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>11.461</b>	<b>8.844</b>

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>8.725</b>	<b>6.518</b>	<b>34</b>
<b>1. Adições</b>	<b>4.577</b>	<b>2.838</b>	<b>61</b>
(+) Contribuições previdenciais	3.343	2.050	63
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	942	436	116
(+) Receitas administrativas	288	352	-18
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	5	-	100
<b>2. Destinações</b>	<b>-1.944</b>	<b>-631</b>	<b>208</b>
(-) Benefícios	-1.639	-279	487
(-) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	-12	-	100
(-) Despesas administrativas	-293	-352	-17
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>2.634</b>	<b>2.207</b>	<b>19</b>
(+/-) Provisões matemáticas	2.634	2.207	19
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>	<b>30</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>8.725</b>	<b>6.518</b>	<b>34</b>
<b>1. Adições</b>	<b>4.327</b>	<b>2.526</b>	<b>71</b>
(+) Contribuições	3.386	2.090	62
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	942	436	116
<b>2. Destinações</b>	<b>-1.694</b>	<b>-319</b>	<b>431</b>
(-) Benefícios	-1.639	-279	487
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-12	-	100
(-) Custeio administrativo	-43	-40	8
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>2.634</b>	<b>2.207</b>	<b>19</b>
(+/-) Provisões matemáticas	2.634	2.207	19
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>	<b>30</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>11.440</b>	<b>8.815</b>	<b>30</b>
<b>1. Ativos</b>	<b>11.440</b>	<b>8.815</b>	<b>30</b>
Disponível	187	212	-12
Recebível	8	-	-100
Investimento	11.245	8.603	31
Fundos de investimento	11.245	8.603	31
<b>2. Obrigações</b>	<b>81</b>	<b>90</b>	<b>-10</b>
Operacional	81	90	-10
<b>5. Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>	<b>30</b>
Provisões matemáticas	11.359	8.725	30

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	-	-	-
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>293</b>	<b>352</b>	<b>-17</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>293</b>	<b>352</b>	<b>-17</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	43	40	8
Custeio administrativo dos investimentos	193	262	-26
Receitas diretas	52	51	4
Resultado positivo dos investimentos	5	-	100
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>-293</b>	<b>-352</b>	<b>-17</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>-166</b>	<b>-260</b>	<b>-36</b>
Pessoal e encargos	-32	-28	13
Viagens e estadias	-	-4	-100
Serviços de terceiros	-78	-106	-25
Despesas gerais	-55	-22	-87
Depreciações e amortizações	-	-101	-100
Outras despesas	-1	-	100
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>-127</b>	<b>-92</b>	<b>38</b>
Serviços de terceiros	-127	-92	38
<b>4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>	<b>30</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>11.359</b>	<b>8.725</b>	<b>30</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>78</b>	<b>84</b>	<b>-7</b>
Contribuição Definida	78	84	-7
<b>1.2. Benefício a conceder</b>	<b>11.281</b>	<b>8.641</b>	<b>31</b>
Contribuição Definida	11.281	8.641	31
Saldo de contas - parcela participantes	11.281	8.641	31

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em reais)

### Nota 1 – Contexto Operacional

O Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPREV é uma Entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência privada nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor. São instituidores fundadores da APCDPREV a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCD e Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas – ABCD.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade APCDPREV, bem como o Estatuto pela portaria nº 918 de 25 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 19 de 26 de janeiro de 2007. A autorização da aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios APCDPREV administrado pelo fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV foi aprovada pela portaria nº 1.459 de 21 de agosto de 2007, publicada no diário oficial da união nº 162 de 22 de agosto de 2007.

O APCDPREV tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes e comissões sobre a venda de coberturas de risco e da remuneração dos seus ativos.

### Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A Resolução CGPC nº. 8 de 31 de outubro de 2011 revogou a Resolução CGPC Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, alterando os quadros demonstrativos contábeis.

Desta forma a demonstração da mutação do ativo líquido passou a ser chamada demonstração da mutação do patrimônio social, que passou a ter informações complementares àquelas divulgadas no exercício anterior.

Visando maior transparência nos números apresentados, todos os valores mencionados nas notas explicativas estão em reais, possibilitando a visualização de valores sem os efeitos de arredondamentos dos quadros demonstrativos.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

### **2.1 – Balanço Patrimonial (BP)**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

### **2.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)**

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.3 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)**

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.4 – Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.5 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

### **2.6 – Demonstração das Obriga es Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP)**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as altera es do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### **Nota 3 – Principais Práticas Contábeis**

A escritura o contábil das opera es obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstra es contábeis, bem como legisla o pertinente estão resumidas a seguir:

### 3.1 – Apuração do Resultado

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

### 3.2 – Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

### 3.3 – Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

### 3.4 – Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

#### b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

#### 3.4.1 – Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial,

investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

### 3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

### 3.4.3 – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

### 3.4.4 – Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ajuste a valor de mercado dos investimentos, contingências, as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

## Nota 4 – Demonstrações Contábeis

### 4.1 – Ativo

#### 4.1.1 – Disponível

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>IMEDIATO</b>	<b>187.257,54</b>	<b>211.904,58</b>
<b>CAIXA</b>	<b>505,44</b>	<b>198,55</b>
Caixa Geral Administração	505,44	198,55
<b>Bancos Conta Movimento</b>	<b>186.752,10</b>	<b>211.706,03</b>
Itaú	186.752,10	211.706,03

#### 4.1.2 – Realizável

##### 4.1.2.1 – Gestão Previdencial

Representa recolhimento de IR sobre resgate pago a maior a ser compensado futuramente, em 31 de dezembro apresenta o saldo de R\$ 8.336,12.

#### 4.1.2.2 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a APCDPrev possuía os seguintes investimentos marcados ao seu valor de mercado (MTM), conforme determinação da CVM, em garantia das reservas técnicas:

DESCRIÇÃO	2012	2011
IH FIC de FI Previdência Associativa	11.265.444,22	8.632.349,03

A Entidade não possui fundos exclusivos, desta forma não há títulos mantidos até o vencimento em sua carteira.

#### 4.1.3 – Permanente

Esta demonstrado pelo custo de aquisição, ajustado por depreciação ou amortizações acumuladas (exceto direito de uso), calculados pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens. Em 31 de dezembro de 2011 apresentava o saldo de Bens Móveis cuja alíquota utilizada é de 10% a.a.

### 4.2 – Passivo

#### 4.2.1 – Exigível Operacional

##### a) Gestão Previdencial

Corresponde retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco, retenção de IR sobre resgates. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
IR sobre Resgate	760,66	8.366,12
Repasse de risco para Seguradora	80.511,80	81.057,72
Outras Exigibilidades	400,00	561,71

##### b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>20.778,14</b>	<b>28.941,89</b>
Cofins s/Receita Administrativa	959,99	1.405,33
Icatu Serviços de Administração Previdenciária	16.179,85	21.922,43
IRRF s/Serviços Pessoa Jurídica	500,13	182,55
PIS s/Receita Administrativa	156,00	228,37
PIS/Cofins/CSLL s/serviços	1.548,08	565,92
Salários e Encargos	1.434,09	4.512,29
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	-	125,00



### 4.3 – Patrimônio Social

#### 4.3.1 – Patrimônio de Cobertura

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios APCDPREV.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Actuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica actuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>11.358.703,20</b>	<b>6.518.342,78</b>
Provisões Matemáticas	11.358.703,20	6.518.342,78
Benefícios Concedidos	77.431,06	-
Contribuição Definida	77.431,06	-
Benefício a Conceder	11.281.272,14	6.518.342,78
Contribuição Definida	11.281.272,14	6.518.342,78

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

#### Premissas e Hipóteses Atuariais

DESCRIÇÃO	
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)	AT 2000
Hipóteses sobre taxa de juros % (3)	0,00%

- (1) Justificativas – Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes, bem como por conservadorismo, será adotada a manutenção da premissa adotada na última Avaliação Actuarial, qual seja a AT 2000.
- (2) Justificativa - Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência

significativamente consistentes, bem como por conservadorismo, será adotada a manutenção da premissa adotada na última Avaliação Atuarial, qual seja a AT2000.

- (3) Justificativa – Mantendo o critério de conservadorismo adotado pela entidade desde sua instituição, bem como em função da rentabilidade auferida nos últimos meses, será adotada a manutenção da hipótese de juros em 0% para a concessão dos benefícios.

#### 4.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresenta o seguinte saldo:

FUNDO	2012	2011
Fundo Administrativo	203,28	-

#### 4.4 – Resultado das Operações

##### 4.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

##### 4.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes à taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

##### 4.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

###### 4.4.2.1.1 – Receitas

- a) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Representa a receita da gestão advinda da sobretaxa administrativa cobrada sobre as contribuições.

- b) **Custeio Administrativo dos Investimentos**  
Representa a receita da gestão advinda dos investimentos para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.
- c) **Resultado Positivo dos Investimentos**  
Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.
- d) **Outros Resultados**  
Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>Receitas</b>	<b>293.034,63</b>	<b>352.376,16</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	43.052,08	39.733,35
Custeio Administrativo dos Investimentos	192.809,27	261.837,19
Resultado Positivo dos Investimentos	4.952,65	109,09
Outras Receitas	52.220,63	50.696,53

#### 4.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

- a) **Administração Previdencial**  
Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.
- b) **Administração Investimento**  
Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

A soma das despesas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Despesas Administrativas	352.137,49	352.137,49
Administração Previdencial	166.534,98	260.338,55
Pessoal e encargos	31.675,88	27.633,34
Viagens e estadias	-	4.314,19
Serviços de terceiros	78.279,75	105.623,96
(-)Serviços de terceiros (diferido)	-	-
Despesas gerais	55.071,88	22.004,16
(-) Despesas gerais (diferido)	-	-
Depreciações e amortizações	79,80	100.762,90
Outras	1.427,67	-
Administração dos Investimentos	126.535,04	91.798,94
Serviços de terceiros	126.535,04	91.798,94

#### Nota 5 – Investimentos

A administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

#### 5.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2012	2011
(+) Rendas/Variações Positivas	1.127.671,28	697.651,28
(-) Cobertura Desp Administrativas de Investimentos	(192.809,27)	(261.837,19)
(=) Apuração do Fluxo Dos Investimentos	934.285,92	435.814,09
Gestão Previdencial	(929.333,27)	(435.705,00)
Gestão Administrativa	(4.952,65)	109,09

#### Nota 6 – Exigível Contingencial

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza fiscal, trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

**Nota 7 – PIS e COFINS**

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

***Paulo Vianna Mesquita***

Diretor Presidente

***Marília Lima de Miranda***

Contadora CRC- RJ 087217/O-1

**COMENTÁRIO FINAL**

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios APCDPrev somaram R\$ 11.358.703,20, tendo o mesmo uma rentabilidade anual de 9,87%.

As despesas administrativas do plano em 2012 foram custeadas por 2,00% sobre as contribuições.

As despesas administrativas com investimentos do Plano em 2012 equivaleram a 1,11% do patrimônio líquido.

## INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

### PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

#### 1. ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2012.

#### 2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração do Regulamento do Plano de Benefícios APCDPREV em 2012.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site [www.apcdprev.org.br](http://www.apcdprev.org.br), nas opções Institucional → Estatuto e Plano APCDPREV → Regulamentos.

## INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013

### PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

#### 1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2013

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 30/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Heber Luis Nogueira Fontão

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

#### 2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

##### 2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

**TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS**  
**TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

**TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO**  
**TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

**TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO**

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

**TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO**

LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

### 3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	70%	100%	90%
Renda Variável	IBrX	0%	20%	10%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%

Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

#### 4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da Política de Investimento é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação.

Com o fim de 2012, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2013, após mais um ano (o quinto consecutivo) de frustração com crescimento fraco ao redor do mundo – e inferior ao que economistas e analistas vislumbravam nesta mesma época de 2011.

Desde a eclosão da crise em 2008, praticamente em todos os anos o ritmo da recuperação da atividade decepcionou as projeções de mercado, e em 2012 não foi diferente. A maior parte dos países em processo de ajuste de suas finanças passou por agravamento das recessões – maior do que o imaginado. O processo de reforma da Zona do Euro caminhou apenas lentamente, e foi ficando evidente que a correção dos desequilíbrios entre as diferentes economias do euro é um processo complexo e de solução no longo prazo.

Em resumo, 2012 deixou mais evidente que a fase aguda da crise já ficou para trás – apenas para dar lugar à fase crônica, que embora não mostre as contrações econômicas bruscas percebidas há alguns anos, vem sendo marcada pela sua longa duração e por crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

Indicadores	2013	2014	2015
PIB - %	3,80%	4,00%	4,30%
US\$ final - R\$	2,05	2,11	2,17
IGPDI - %	5,38%	4,98%	4,80%
IGPM - %	5,35%	6,00%	5,00%
INPC - %	5,20%	5,00%	4,80%
IPCA - %	5,20%	5,00%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	8,25%	8,00%	7,50%
SELIC Média - %	7,71%	8,11%	7,61%
Bolsa (150% SELIC) - %	12,38%	12,00%	11,25%

\* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2012)

O APCDPREV na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.



## RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A APCDPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

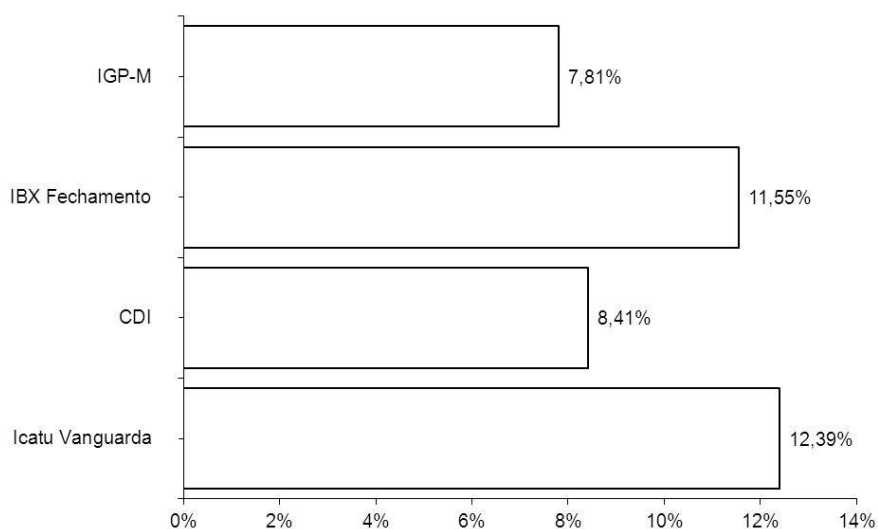
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2012 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCAÇÃO	2012		2011	
Renda Variável	1.136	10%	787	9%
Renda Fixa	10.130	90%	7.845	91%
<b>Total</b>	<b>11.265</b>	<b>100%</b>	<b>8.632</b>	<b>100%</b>

### RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/12 A DEZ/12



Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA.

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Administradores e Participantes**

**Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV  
São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **OPINIÃO**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

**ÊNFASE – APRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

*São Paulo, 15 de março de 2013.*

***GF Auditores Independentes***

***Grupo Gorioux Faro***

CRC 2SP 025248/O-6

***Oswaldo dos Santos Fonseca***

***Contador***

CRC 1SP 207386/O-2

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS – APCDPREV EXERCÍCIO 2012**

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 42 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2013, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2012 e 2011, sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV.

*São Paulo, 28 de março de 2013.*

**Marcio Rossi Mascarenhas**  
*Presidente do Conselho Fiscal*

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS - APCDPREV EXERCÍCIO 2012**

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPREV referente ao exercício de 2012 e 2011: Em reunião de 28 de março de 2013, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, no uso das competências de que trata Art. 32 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPREV, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da APCDPREV e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2012 e 2011.

*São Paulo, 28 de março de 2013.*

**Pedro Antonio Fernandes**

Presidente de Conselho Deliberativo

## GLOSSÁRIO

**Balanço Patrimonial:** o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS):** a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL):** a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

**Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL):** a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

**Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

**Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP):** a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an lica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

**Demonstrativo de Investimentos:** o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferenca quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

**Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis:** as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Política de Investimentos:** a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

**Parecer do Auditor Independente:** o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parecer Atuarial:** o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

**Parecer do Conselho Fiscal:** o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

**Manifestação do Conselho Deliberativo:** a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

**ANEXO**  
**PARECER ATUARIAL**







Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

[www.apcdprev.org.br](http://www.apcdprev.org.br)

Rua Voluntários da Pátria, 547 - Mezanino – Santana - São Paulo - SP - CEP 02011-000